

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 003/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 026/2026

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MATÃO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 101274/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO”

1 PREÂMBULO

- 1.1 A Prefeitura do Município de Matão (UASG 986687)**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob n.º 45.270.188/0001-26, torna público que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL**, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a ser conduzido pelo Presidente da Comissão de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria n.º 15.591, de 03 de janeiro de 2024, e nas condições fixadas neste edital e seus anexos.

2 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

- 2.1** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

- 2.2** A abertura da sessão pública da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** ocorrerá no dia **26 de maio de 2026**, às **09h00min**, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

- 2.3** Para todas as referências de tempo, observar-se-á o horário de Brasília (DF).

3 – DO OBJETO

- 3.1** O objeto desta **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MATÃO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 101274/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO”**.
- 3.2** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.matao.sp.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br e no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas (<https://www.gov.br/pncp.br>).

- 3.3 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Suprimentos pelo telefone pelos telefones (16) 3383-4035, 3383-4056, 3383-4067, 3383-4068 e 3383-4070.
- 3.4 A licitação contém 1 item em disputa, conforme ANEXO I do Edital.
- 3.5 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Catálogo do compras.gov.br** (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**, ou seja, do **TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL**.
- 3.6 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Suprimentos pelo telefone pelos telefones (16) 3383-4035, 3383-4056, 3383-4067, 3383-4068 e 3383-4070.

4 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

- 4.1 O critério de julgamento será o de **MENOR VALOR GLOBAL**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.
- 4.2 Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação à presente CONCORRÊNCIA, ou ainda para **impugnar este Edital**, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, e serão processadas nos termos do § único do Art. 164 da Lei Federal 14.133/21.
- 5.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas o Presidente da Comissão de Contratação por meio de e-mail (compras@matao.sp.gov.br) do Departamento de Compras e Suprimentos e deverá conter a razão social da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para resposta.
- 5.1.2 Caberá ao Chefe do Poder executivo decidir sobre a impugnação nos termos do § único do Art. 164 da Lei Federal 14.133/21.
- 5.1.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização desta CONCORRÊNCIA.
- 5.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

- 5.3 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados o Presidente da Comissão de Contratação, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: compras@matao.sp.gov.br.
- 5.3.1 A resposta aos pedidos de esclarecimentos se dará nos termos da Lei Federal 14.133/21, e poderão ser requisitados subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 5.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Presidente da Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 5.4.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 6.1 A participação nesta Licitação é ampla, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 6.1.1 Na presente licitação será observado o quanto previsto no inciso II do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133.
- 6.1.2 As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar da presente CONCORRÊNCIA, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf, até o terceiro dia útil a data do recebimento das propostas.
- 6.1.3 A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASNET, no ato da abertura da Licitação.
- 6.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.2.1 A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 6.3 Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.4 Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

6.4.1 Para o item único dessa licitação a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5 Será vedada a participação de empresas:

6.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

6.5.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.5.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.5.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.5.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.5.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.5.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.5.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

6.5.9 aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

6.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que

possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

- 6.6.1 A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 6.7 O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 6.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 6.8 No que concerne aos itens 6.6.2 e 6.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 6.9 Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.
- 6.9.1 Levou-se em conta que cooperativas não podem ser utilizadas como instrumento para intermediação de mão de obra trabalhistas em contratos que demandam dedicação técnica e responsabilidade profissional individualizada.
- 6.9.2 Assim, entende-se que o objeto é incompatível com o regime cooperado, pois o contrato demanda assunção integral de responsabilidade técnica pela contratada, o que normalmente só pode ser prestado por sociedades empresárias com profissionais vinculados por ART. Assim, seria não recomendável admitir cooperativas.
- 6.10 Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.
- 6.10.1 Levando em conta o objeto **não parece haver justificativa técnica para sua divisão entre consorciados**. O que, adicionalmente, acarretaria uma maior complexidade de fiscalização e diluição de responsabilidades.

7 DO CREDENCIAMENTO

- 7.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória, em sua forma eletrônica.
- 7.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

- 7.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta CONCORRÊNCIA.
- 7.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 7.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 8.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o Preço Global, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante iniciará pelo **TERMO DE ACEITAÇÃO** onde declarará cumprimento e ciência de todas as declarações nele contidos, o que inclui, mas não está, necessariamente, restrito a:
- 8.3.1 Concordância com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 8.3.2 Cumprimento aos requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 8.3.3 Inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 8.3.4 Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 8.3.5 Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- 8.3.6 Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
 - 8.3.7 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 8.3.8 Cumprimento de reserva de cargos em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos em outras normas específicas, quando cabível;
 - 8.3.9 Fica desde já consignado que qualquer declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 8.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 8.4.1 e 8.4.2 subsequentes.
- 8.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, regras concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
 - 8.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 8.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 8.4.1 ou no item 8.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
 - 8.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
 - 8.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- 8.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 8.3 e 8.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 8.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 8.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 8.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 8.11 Se for o caso, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, após observado o art. 4º, §§ 1º ao 3º da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.12 Os preços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.13 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, em campo próprio do sistema, preço com até duas casas decimais após a vírgula.
- 8.14 A validade da proposta será de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública da Licitação.
- 8.15 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.16 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 8.17 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Presidente da Comissão de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.18 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.18.1. Valor Total Geral com BDI;

8.19 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.20 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.21 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.22 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

8.23 As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

8.23.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

8.23.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.24 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.25 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

8.26 O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao

exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1 No dia **26 de maio de 2026 às 09h00min**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do Presidente da Comissão de Contratação, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.
- 9.2 Ato contínuo se verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, inclusive a proposta maior que o valor estimada no item 17.1, conforme ANEXO II – MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL deste Edital.

9.2.1 Também será desclassificada a proposta **(eletrônica)** que identifique o licitante.

9.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente da Comissão de Contratação e os licitantes.

9.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor global da obra licitada.

9.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser ofertado de forma livre, desde que respeitado **o mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

9.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

- 9.10 Será adotado, para o envio de lances na presente concorrência eletrônica, o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 9.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Presidente da Comissão de Contratação, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.15 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 9.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.18 No caso de desconexão com o Presidente da Comissão de Contratação no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Presidente da Comissão de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.20 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 9.21 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Presidente da Comissão de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.23 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 9.24 O Presidente da Comissão de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.25 Após a negociação do preço, o Presidente da Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.2 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 10.2.1 conter vícios insanáveis;
 - 10.2.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
 - 10.2.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação:
 - a) As licitantes, nos termos do inciso IV do artigo 59 da Lei 14.133/21 estão **obrigadas a demonstrar a exequibilidade dos preços apresentados** especificando em Planilha (conforme modelo disposto no Anexo II-A deste Edital).
 - b) Essa Planilha servirá de referência para os efeitos do previsto no § 4º do artigo 59 da Lei 14.133/21. **A não apresentação da Planilha devidamente preenchida implica na desclassificação da proposta.** Não havendo discordância do conteúdo das mesmas, bem como não havendo manifestação das licitantes, a Comissão fará a declaração de conformidade e classificação das propostas nos termos da Lei.
 - 10.2.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 10.2.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 10.3 Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 10.3.1 A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, quando esses forem estipulados.
 - 10.3.2 Caso os preços unitários apresentados pela licitante vencedora para os itens relevantes estejam acima dos valores de aceitabilidade fixados no edital, será concedida à licitante a oportunidade de ajustar os preços unitários aos limites aceitáveis.
 - 10.3.3 O ajuste dos preços unitários deverá ser realizado sem qualquer majoração do preço global ofertado, de modo a garantir que o valor total da proposta permaneça inalterado.

- 10.3.4 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o seguinte:
- 10.3.5 A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do(a) agente/comissão de contratação, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 10.3.6 **Quando exigida garantia contratual, essa será majorada quando a proposta do licitante vencedor for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.**
- 10.3.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.3.8 **Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.**
- 10.3.9 O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.3.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.3.11 O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.3.12 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.3.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

- 10.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 10.5 O Presidente da Comissão de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.5.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Prefeitura.
- 10.6 Havendo necessidade, poderá ser suspensa a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 10.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, passa-se a examinar a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.8 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o(a) agente/comissão de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 8.4 e seus subitens deste Edital.
- 10.9 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) agente/comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 10.10 Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 10.6, o(a) agente/comissão de contratação passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 11.

11 DA HABILITAÇÃO

- 11.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 11.1.1 SICAF.
- 11.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 11.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de

contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) agente/comissão de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4 Considerando que, na presente licitação, a avaliação prévia do local de execução é **imprescindível** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá **atestar, sob pena de inabilitação**, que conhece o local e as condições da realização do objeto da licitação.

11.4.1 Será assegurado ao licitante o direito de realização de **vistoria prévia**, acompanhada por servidor designado para esse fim, no período de **segunda a sexta-feira, das 08h00 às 16h30**, mediante prévio agendamento.

1.4.2 A Administração poderá disponibilizar data e horário alternativos, conforme demanda dos interessados, para a realização da vistoria prévia.

11.4.3 O licitante poderá, alternativamente, **optar por não realizar a vistoria**, desde que apresente:

11.4.3.1 Declaração formal, firmada por seu representante legal, de que **conhece o local e as condições da realização do objeto**; ou

11.4.3.2 Declaração formal assinada por seu **responsável técnico**, atestando o **conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**”

11.5 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, **estatuto ou contrato social em vigor e atualizado acompanhado de todas as alterações realizadas**, em se tratando de sociedades comerciais, **devendo estar devidamente registrada perante a Junta Comercial** e, no caso de sociedade por ações, **acompanhado de documentos de eleição de seus administradores**;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício atualizada;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.06 Da Regularidade Fiscal:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente **ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado**;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, como segue:
 - c.1 Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** através das Certidões Negativas de Débito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – **PGFN** e da Receita Federal do Brasil – **RFB** (que agora são conjuntas), ou seja, são fornecidas em um só documento, por força do Decreto n.º 5.512, de 15 de agosto de 2005);
 - c.2 **CND Estadual** pertinente **ao seu ramo de atividade** e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
 - c.3 **CND da Dívida Ativa** do Estado;
 - c.4 **Municipal** através de Certidão Negativa de Débitos referentes a tributos, impostos, taxas, tarifas e similares, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças do domicílio ou sede do licitante;

OBSERVAÇÃO: Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

- d) Certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos da lei federal n.º 12.440, de 07/07/2011.

Da Qualificação Técnica

11.07 Deverá ser apresentada:

- 11.07.1 Declaração de conhecimento do local da obra, por meio da qual o licitante afirmará ter ciência das condições físicas, técnicas e operacionais necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais, assegurado o direito à realização de vistoria prévia.
- 11.07.2 A declaração poderá ser substituída por manifestação formal assinada pelo responsável técnico da empresa, atestando o pleno conhecimento das condições da contratação.

- 11.07.3 Certidão de Registro da pessoa jurídica junto ao CREA ou CAU, dentro do prazo de validade.
- 11.07.3.1 No caso de empresa estrangeira, a comprovação poderá ocorrer mediante solicitação de registro perante o conselho profissional competente no Brasil, a ser apresentada até a celebração do contrato.
- 11.07.4 Será exigida a indicação de profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, com atribuição compatível com o objeto da contratação, especialmente engenheiro civil ou arquiteto.
- 11.07.5 O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) comprovar experiência anterior em execução de obra de edificação com características semelhantes, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso.
- 11.07.6 A Qualificação Técnico-Operacional deverá comprovar que a licitante executou serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, para esse fim deverá apresentar:
- 11.07.6.1 Certidão(ões) ou atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, que demonstre o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste instrumento, indicando, como quantitativos:
- 11.07.6.1.1.1 Imprimadura Betuminosa Ligante, em quantidade mínima de 6.192,81 m², correspondente a 50% da metragem prevista na contratação (12.385,62 m²)
- 11.07.6.1.1.2 Camada de Rolamento com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), em quantidade mínima de 185,78 m³, equivalente a 50% do total previsto (371,57 m³).
- 11.07.7 Assim, a licitante deverá comprovar que já executou serviços compatíveis com as referidas etapas, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em seu nome.
- 11.07.7.1 No caso dos atestados não detalharem e quantifiquem o fornecimento, poderá o licitante, complementarmente aos documentos, apresentar cópia da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(ais).
- 11.07.7.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante.

- 11.07.7.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- 11.07.7.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Da Qualificação Financeira:

- 11.08 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
- 11.09 Certidão negativa de falência, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- 11.10 **Comprovação de capital mínimo** no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação, nos termos do art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;
- 11.11 Para empresas constituídas no exercício financeiro da licitação, será admitida a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 11.12 Os documentos contábeis exigidos limitar-se-ão ao último exercício social, quando a pessoa jurídica tiver sido constituída há menos de dois anos, observando-se os limites estabelecidos pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), ou outros parâmetros definidos na legislação aplicável.
- 11.13 Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.
- 11.14 Os documentos deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para a entrega dos envelopes; aqueles que não tiverem validade expressa nos próprios impressos, deverão ser emitidos até **60 (sessenta) dias** da data prevista para a abertura dos documentos para **HABILITAÇÃO**.
- 11.15 Após a habilitação, poderá a licitante ser inabilitada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.
- 11.16 Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração (mediante a apresentação do original), ou publicação em órgão da imprensa oficial. Relativamente as CND do INSS e FGTS emitida via Internet, serão obedecidas às normas vigentes e aplicáveis.

- 11.17 No julgamento da habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.18 O não atendimento das exigências constantes do item 11 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.
- 11.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

- 12.1 Encerrada a etapa de lances, a vencedora será convocada para que faça juntar no sistema, a **PROPOSTA DE PREÇOS COM A PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS DEVIDAMENTE AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, se fará uso da ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.
- 12.2 A validade da proposta ajustada será de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua apresentação.
- 12.3 A proposta ajustada deverá ser apresentada nos moldes do Anexo II e II-A e dela deverá constar:
- a) **Nome e número da Instituição Financeira, Agência e n.º da Conta-Corrente** para a efetivação dos pagamentos.
- 12.4 Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital **e já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**
- 12.5 O licitante deverá anexar a Proposta de Preços Ajustada, num prazo de até **02 (duas) HORAS** de efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 08h00min às 17h00min, contados da convocação.
- 12.6 Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: compras@matao.sp.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Presidente da Comissão de Contratação para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. A prefeitura não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Matão quanto do emissor.
- 12.6.1 A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer



- alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo Presidente da Comissão de Contratação, o registro da não aceitação da proposta.
- 12.6.2 Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, preferencialmente, via chat a prorrogação do mesmo.
- 12.6.3 É facultado o Presidente da Comissão de Contratação ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.**
- 12.6.4 Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, a Comissão DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.
- 12.7 A proposta deverá conter:
- 12.7.1 Proposta de preços, conforme modelo constante do (Anexo II) do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;
- 12.7.2 **Planilha com preços unitários e total**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- 12.7.3 **A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.**
- 12.7.5 Prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.
- 12.7.6 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00).**
- 12.7.7 A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital e Anexos** sob pena de desclassificação.
- 12.7.8 O Presidente da Comissão de Contratação reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
- 12.7.9 A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
- 12.8 A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão

formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

13 DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

- 13.1 A documentação constante no item 11, **caso solicitado**, deverá ser encaminhada em original ou cópia autenticada, juntamente com a proposta final também original, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação do Presidente da Comissão de Contratação no sistema eletrônico, no seguinte endereço: **Rua Oreste Bozelli, n.º 1.165 – Centro – MATÃO/SP – CEP 15990-900**. Aos cuidados do Departamento de Compras e Suprimentos. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.
- 13.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Presidente da Comissão de Contratação o declarará vencedor.
- 13.3 Ocorrendo a inabilitação, o Presidente da Comissão de Contratação convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

14 – DOS RECURSOS

- 14.1 **Declarado o vencedor**, a presidente da Comissão abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 14.2 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.
- 14.3 Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 14.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>
- 14.5 O recurso contra decisão do Presidente da Comissão de Contratação não terá efeito suspensivo.
- 14.6 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Presidente da Comissão de Contratação terá até 5 (cinco) dias para:

- 14.6.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- 14.6.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;
- 14.6.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
- 14.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.8 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 14.9 **Não havendo recurso**, o Presidente da Comissão de Contratação adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

15 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
 - 15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 15.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 15.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 - 15.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
 - 16.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

16.2 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Presidente da Comissão de Contratação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

16.2.1 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

17 – VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1 O valor máximo a ser pago pelo Município para a execução da obra será de **R\$ R\$ 619.044,03 (seiscentos e dezenove mil, quarenta e quatro reais e três centavos)**, tudo em conformidade ao indicado no Termo de Referência (Anexo I) e nos demais documentos do presente Edital que dele fazem parte independentemente de sua transcrição, como se aqui estivesse descrito.

17.2 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, conforme disposto no Anexo II.

17.3 As medições devem ser protocoladas na Prefeitura **sempre no primeiro dia útil de cada mês**. As medições serão conferidas em até 5 (cinco) dias pelo Secretário de Serviços Públicos e Manutenção que será o responsável pelo seu cotejamento entre a medição apresentada e os serviços efetivamente executados, com apoio do setor de engenharia da Prefeitura ou quem for designado, observado os artigos 7º e 107 da Lei 14.133/21, além das especificações do item 8 deste Termo e, após a conferência serão encaminhadas para pagamento na Secretaria de Administração e Finanças, a quem competirá executar possível retenção dos encargos devidos nos termos da lei.

17.4 O pagamento será realizado sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, sempre após o ateste da medição, ou no primeiro dia útil subsequente a este, em caso de recair em Sábado, Domingo ou Feriado.

17.5 No corpo da Nota Fiscal deverá ser informado o número da licitação e do contrato correspondente.

17.6 Havendo atraso no pagamento, a Contratante estará sujeita a multa no valor de 0,033% por dia de atraso sob o valor da medição em atraso, desde a data da exigibilidade até o seu efetivo pagamento.

17.7 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no 1º dia útil subsequente.

17.8 Quaisquer erros ou omissões ocorridas na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

17.9 Os recursos financeiros para as despesas com a execução dos serviços serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente classificada e codificada sob a funcional programática n.º **15.451.2801.1.002**, categoria econômica n.º **4.4.90.51.00**, ficha n.º **642**, sub elemento da

despesa n.º 91, vínculos n.º 01.110.0000 e 02.100.0227, Processo Eletrônico n.º 1128/2026, requisição de serviços n.º 301/2026 e nota de reserva n.º 5460 e 5461, de 06/04/2026, da Secretária Serviços Públicos e Manutenção.

17.9.1 Trata-se de **licitação realizada em face de recursos aferidos através do Convênio Nº 101274/2025**, além da contrapartida da Prefeitura e conforme previsto na **Lei Municipal nº 6.263/2025 (P.P.A)**, **Lei Municipal nº 6.267/25 (L.D.O.)**, cujas dotações iniciais programadas e, posteriormente atualizadas e previstas na **L.O.A. para 2025 (Lei Municipal nº 6.294 /2025)**, atendendo assim aos artigos 16 e 17 da LRF.

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MATÃO EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 101274/2025”		
Descrição	Valor	%
Receita Corrente Líquida prevista para 2.026	R\$ 445.146.409,00	100,00%
Valor de Dotação Previsto na LOA (6.294 /2025)	R\$ 1.670.000,00	0,3753%
Valor Estimado da Obra	R\$ 619.044,03	0,1390%

17.10 A fiscalização do Contrato, nas funções atinentes à fiscalização e gestão contratual ficarão à cargo do Secretário de Serviços Públicos e Manutenção.

17.11 A contratada deverá depositar até a data de assinatura do contrato, a garantia no valor de 5% do valor do contrato por qualquer dos meios permitidos pela Lei 14.133/21.

18 – DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILIBRIO

18.1 Ainda que o reajuste seja vedado (item 07.02.02 do Anexo I – Termo de Referência) fixa-se o índice **IPCA/IBGE**, para os efeitos do art. 25, §7º da Lei 14.133 de 010 d abril de 2021.

18.2 Será admitida, nos termos dos artigos 124, inciso II, alínea “d”, Lei nº 14.133/2021, a realização de reequilíbrio econômico-financeiro da futura contratação, visando à recomposição da equação original proposta, sempre que houver fatos supervenientes que, de forma comprovada, onerem excessivamente a execução contratual, desde que não configurados como riscos assumidos pelo futuro contratado, conforme matriz de riscos ou em razão da natureza do objeto, se aplicável.

18.3 Poderão ensejar a análise de reequilíbrio, entre outras hipóteses legalmente admitidas:

18.3.1 Fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, alheios à vontade das partes;

18.3.2 Ocorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos da legislação civil aplicável;

18.3.3 Ato do Poder Público que repercuta direta ou indiretamente sobre as condições originalmente pactuadas (fato do príncipe);

18.3.4 Ato ou omissão da Administração que interfira na regular execução contratual (fato da administração).

18.4 Para a análise do pleito, o interessado deverá formalizar solicitação específica, necessariamente, instruída por:

18.4.1 Justificativa detalhada do fato gerador do desequilíbrio;

- 18.4.2 Memória de cálculo e documentos comprobatórios da variação de custos ou encargos;
- 18.4.3 Comparativo entre os termos originalmente propostos e a situação superveniente.
- 18.5 Os pedidos de eventual solicitação de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Protocolo Municipal da Prefeitura Municipal de Matão, a quem competirá a análise e decisão, sempre observado o artigo 124 da Lei 14.133/21.
- 18.6 Os pedidos de eventual solicitação recomposição de valores deverão ser protocolados somente no Protocolo Municipal da Prefeitura Municipal de Matão, a quem competirá a análise e decisão, sempre observado o artigo 124 da Lei 14.133/21.

19 – DA CONTRATAÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 19.1 Após a adjudicação e a homologação, será celebrado o contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO** deste Edital.
- 19.2 O Contrato será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Compras e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Matão, sito à Rua Orestes Bozelli, n.º 1.165 – Centro – Matão/SP – CEP: 15990-900, **em até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento.**
- 19.2.1 A não assinatura no prazo estabelecido será punida com multa de 5% do valor do estimado do contrato.**
- 19.3 A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Departamento de Compras e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Matão, sito à Rua Orestes Bozelli, n.º 1.165 – Centro – Matão/SP – CEP: 15990-900, a partir de 05 (cinco) dias úteis após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.
- 19.4 **O prazo de execução da obra será de 90 (noventa) dias** contados da assinatura do contrato, conforme Cronograma disposto no Edital. A **vigência do contrato** será de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir de sua assinatura, para fins de entrega definitiva e pagamentos finais.
- 19.5 O atraso na entrega da obra sujeita a contratada a multa de 10% do valor global, independente de notificação extra ou judicial ou administrativa e, aplicado em dobro em atraso reincidente. A aplicação de multa em dobro não trará prejuízo ainda da aplicação de outras penalidades, inclusive a rescisão contratual e declaração de inidoneidade e de proibição de contratar com o Poder Público, observado a ampla defesa e o contraditório, em especial o quanto previsto nos artigos 155 a 160 da Lei Federal 14.133/21.
- 19.5.1 As multas poderão ser descontadas da NF.
- 19.5.2 A multa aqui disposta só não será cobrada em caso de absoluto caso fortuito, a ser comprovado pela contratada, sendo os prazos de entregas conhecidos no presente

Edital, não se admitindo o seu descumprimento em hipótese alguma, salvo nas condições aqui estabelecidas.

20 – DAS PENALIDADES

- 20.1 O contratado ou a licitante será responsabilizado administrativamente nos termos da Lei Federal 14.133/21.
- 20.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado (a), observando-se o procedimento previsto nos artigos 155 a 160 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 20.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.4 O Município poderá exigir indenização suplementar, caso o descumprimento das obrigações da contratada cause prejuízos que excedam ao valor das multas ora previstas.

21 – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 21.1 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Matão o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 21.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 21.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 21.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 21.5 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 21.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 21.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 21.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Matão.

22 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 22.1 A partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que

seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, no Diário Oficial da União – DOU, no Diário Oficial do Município (Jornal A Comarca) e no Portal da Prefeitura Municipal de Matão, através do endereço eletrônico www.matao.sp.gov.br e, no **PNCP-Portal Nacional de Compras Públicas** (<https://www.gov.br/pncp.br>).
- 23.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente da Comissão de Contratação e os licitantes.
- 23.4 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Presidente da Comissão de Contratação.
- 23.5 Será facultado a Comissão de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação a obra contratada, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.
- 23.6 A Presidente da Comissão poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
- 23.7 Os licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.
- 23.8 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

- 23.9 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Matão, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 23.11 A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 23.12 A anulação do procedimento licitatório induz a do Contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único, art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 23.13 O resultado da licitação será divulgado pelo Portal PNCP do Governo Federal e no site da Prefeitura de Matão, além das publicações oficiais.
- 23.14 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Concorrência, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 23.15 É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 23.16 A proponente deverá indicar o Presidente da Comissão de Contratação todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 23.17 O Presidente da Comissão de Contratação não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Matão quanto do emissor.
- 23.18 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 23.19 Caso o sistema eletrônico desconectar para o Presidente da Comissão de Contratação no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.
- 23.20 Se a desconexão do Presidente da Comissão de Contratação persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após

decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

23.21 CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, A LICITAÇÃO SERÁ SUSPensa E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

23.22 Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Presidente da Comissão em contrário.

23.23 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

23.24 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão de Contratação.

23.25 Do futuro contrato constarão exclusivamente cláusulas e condições previstas no presente processo e na(s) proposta(s) da(s) licitante(s), as quais farão parte integrante do pacto, independente da transcrição inclusive da Minuta de Contrato em anexo, bem como ficando a futura contratada **ciente da obrigação de realizar do cadastro no CadTCESP**, conforme a alínea “a”, do inciso III ou no inciso VIII, ambos do artigo 2º da **Resolução nº 21/22 do TCE/SP**.

23.26 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO I-A – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE QUANTITATIVOS E PREÇOS

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

ANEXO II-A – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

ANEXO III – DELCARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO V – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

24 – DO FORO

24.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Matão, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital.

Matão, 06 de abril de 2026.

APARECIDO FERRARI
PREFEITO DE MATÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

(inciso XXIII do artigo 6º da Lei 14.133/2021)

1) **Da natureza do objeto, prazos e quantitativos**

01.01 Constituí objeto do presente Termo de Referência a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MATÃO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 101274/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO**, observados as condições aqui estabelecidas e no projeto contratado por esta Secretaria que seguem anexos com ART do Responsável Técnico bem como as regras a serem estabelecidas no Edital nos termos da Lei 14.133/21.


01.02 O prazo de execução das obras será de até **90 (noventa) dias** contados da data da emissão da Ordem do Serviço.

01.02.01 O contrato deverá ter prazo de **120 (cento e vinte) dias** contados de sua assinatura, em razão dos prazos de Termo de Recebimento Provisório e Definitivo e pagamento final.

a) O contrato poderá ser prorrogado se houver necessidade em processo levado a termo e autorizado pela Prefeitura nos limites da Lei.

01.03 A contratada deve possuir infraestrutura adequada para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção desta municipalidade, devendo fazer a entrega das obras conforme previsto nos Projetos que deste fazem parte, após Ordem de Serviço desta Secretaria cuja indicação das áreas e valores estimados;

Rua ou Avenida	Trecho	Bairro
Alameda da Saudade	Da Avenida Dr. Laerte Tarallo Mendes até Av. José da Costa Filho + 162,00 m sentido centro bairro.	Residencial Monte Carlo
Rua Silvio Moreira Melo	Da Rua Philomena Ciorlino até Rua Lino Trevisan-Residencial Monte Carlo.	Residencial Monte Carlo
Rua Silvino Campi	Da Rua Philomena Ciorlino até Rua Lino Trevisan-Residencial Monte Carlo.	Residencial Monte Carlo
Rua Philomena Ciorlino	Da Rua Lino Trevisan até a Rua Silvio Moreira Melo	Residencial Monte Carlo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

OBJETO: RECAPEAMENTO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE MATÃO -SP

DEMANDA: .091052

END.: ALAMEDA DA SAUDADE (ENTRE AVENIDA DR LAERTE TARALLO MENDES ATÉ AVENIDA JOSÉ DA COSTA FILHO + 162,00 m SENTIDO CENTRO BAIRRO), RUA SILVIO MOREIRA MELO ENTRE A RUA PHILOMENA CIORLINO COM A RUA LINO TREVISAN- RESIDENCIAL MONTE CARLO, RUA PHILOMENA CIORLINO ENTRE A RUA LINO TREVISAN COM A RUA SILVIO MOREIRA MELO- RESIDENCIAL MONTE CARLO E RUA SILVINO CAMPI ENTRE A RUA PHILOMENA CIORLINO COM A RUA LINO TREVISAN- RESIDENCIAL MONTE CARLO.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

CDHU BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - TABELA DE SERVIÇOS

Com desoneração **NÃO** BDI = **25,00%**

BOLETIM 197 CDHU ABRIL/2025

Item	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.		TOTAL C/ BDI
						S/ BDI	C/ BDI	
1.0		1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES					5.731,09
1.1	CDHU	02.08.040	PLACA DA OBRA EM LONA COM IMPRESSÃO DIGITAL E REQUADRO EM METALON	m2	6,00	384,32	480,40	2.882,40
1.2	CDHU	01.20.280	LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO DE ÁREA PAVIMENTADA PARA VEÍCULO E PEDESTRE	m2	12.385,62	0,18	0,23	2.848,69
2.0		2.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - RECAPEAMENTO ESPESSURA FINAL APÓS COMPACTAÇÃO 3CM					603.647,87
2.1	CDHU	54.01.410	VARRIÇÃO DE PAVIMENTO PARA RECAPEAMENTO	m2	12.385,62	0,74	0,93	11.518,63
2.2	CDHU	54.03230	IMPRIMADURA BETUMINOSA LIGANTE	m2	12.385,62	6,46	8,08	100.075,81
2.3	PRÓPRIO	01	CAMADA DE ROLAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE C.B.U.Q.	m3	371,57	1.059,41	1.324,26	492.053,43
3.0		3.0	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL					9.665,07
3.1	CDHU	70.02.010	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM RESINA VINÍLICA OU ACRÍLICA	m2	296,93	26,04	32,55	9.665,07
TOTAL GERAL								R\$ 619.044,03

JEAN FRANCHI
 AMICI:26016505838
 TÉCNICO RESPONSÁVEL: JEAN FRANCHI AMICI
 CREA nº: 5062627333

Assinado de forma digital por JEAN FRANCHI AMICI:26016505838
 Dados: 2025.05.28 15:06:07 -03'00'

2) Da fundamentação

02.01 A presente contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3) Dos requisitos para contratação

03.01 A empresa a ser contratada deverá atender as condições de habilitação e forma de apresentação de propostas a serem exigidas no Edital, tais como as condições mínimas de qualificação econômica, fiscal, trabalhista e técnica, tudo nos termos mínimos previstos no Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/21.

4) Da forma e critérios de seleção do fornecedor

04.01 A empresa a ser contratada deverá atender as condições de habilitação e apresentação de propostas a serem exigidas no Edital, além de apresentar o **MENOR VALOR GLOBAL** (que deverá ser o **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**), além do que, os serviços devem ser realizados em regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO POR METRO QUADRADO**

EFETIVAMENTE EXECUTADO, tudo nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, observando-se as especificações e quantidades descritas no presente Termo de Referência.

5) Da forma de execução quanto a mão de obra, material e as ferramentas mínimas necessárias a serem disponibilizados.

05.01 A contratada deverá fornecer a equipe de trabalho (mão de obra) bem como todo o material, máquinas e equipamentos com seus insumos (combustível, etc.) e operadores, bem como as ferramentas necessárias, conforme especificações deste Termo de Referência.

05.02 As ferramentas mínimas e inerentes à execução do trabalho pelos colaboradores da equipe serão sempre de responsabilidade e às custas da contratada, não podendo ser alegado no futuro qualquer despesa a ser suportada pela Prefeitura, devendo estar todas essas despesas inclusas na proposta financeira da licitante interessada.

05.02.01 A Contratada deverá se responsabilizar pelo local de guarda das ferramentas, máquinas e equipamentos em condição de garantia da segurança e conservação das mesmas, inclusive se for o caso com seguro contra acidentes, roubos, furtos etc...

6) Sinalização e Segurança na Execução dos Serviço

06.01 A contratada deverá implantar, manter e, quando necessário, ajustar toda a sinalização temporária de obra, conforme preconizam as normas do Manual de Sinalização Temporária do DNIT, Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (CONTRAN/Denatran), Resolução nº 973/2022 do CONTRAN, e demais legislações aplicáveis.

06.02 A sinalização deverá ser compatível com as características da via e das condições operacionais, garantindo total segurança aos usuários e trabalhadores. Deverão ser empregados dispositivos de sinalização vertical e horizontal provisória, bem como dispositivos auxiliares, tais como cones, cavaletes, barreiras físicas, balizadores, pisca-alertas, placas de advertência ("Homens Trabalhando", "Obra na Pista", "Reduza a Velocidade", "distancia da obra", entre outras), além de sinalização noturna e iluminação adequada, quando aplicável.

06.03 É de inteira responsabilidade da contratada garantir a efetiva visibilidade e manutenção da sinalização durante todo o período de execução dos serviços, independentemente das condições climáticas ou período (diurno ou noturno).

06.04 O não cumprimento das normas de sinalização e segurança implicará na imediata paralisação dos serviços até a regularização, sem ônus para a contratante, além da aplicação das penalidades previstas no contrato.

7) Da forma de medição dos serviços a serem executados

07.01 As medições devem ser protocoladas na Prefeitura **sempre no primeiro dia útil de cada mês.**

07.02 As medições serão conferidas em até 5 (cinco) dias pelo Secretário de Serviços Públicos e Manutenção que será o responsável pelo seu cotejamento entre a medição apresentada e os serviços efetivamente executados, com apoio do setor de engenharia da Prefeitura ou quem for designado, observado os artigos 7º e 107 da Lei 14.133/21, além das especificações do item 8 deste Termo e, após a conferência serão encaminhadas para pagamento na Secretaria de Administração e Finanças, a quem competirá executar possível retenção dos encargos devidos nos termos da lei.

07.02.01 O pagamento será realizado **sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, sempre após o ateste da medição** a ser apresentada e conferida nos termos dos itens 06.01 e 06.02 deste Termo de Referência, ou no primeiro dia útil subsequente a este, em caso de recair em Sábado, Domingo ou Feriado.

07.02.02 Não haverá a alteração de valores do metro quadrado proposto (**vedação de reajuste**) na forma e condições dispostas no item **01.03.03** deste Termo.

07.02.02.01 O valor do contrato a ser assinado poderá ser alterado para eventual aditamento de serviços não previstos no presente Termo de Referência, desde que necessário em processo levado a termo com as justificativas técnicas e nos limites permitidos pela Lei, observado no caso o artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.

07.02.02.02 Solicitação de eventual reequilíbrio deverá ser observado do disposto no item **01.03.04** deste Termo.

07.02.03 Havendo atraso no pagamento, a Contratante estará sujeita a multa no valor de 0,033% por dia de atraso sob o valor da medição em atraso, desde a data da exigibilidade até o seu efetivo pagamento.

07.03 Será da responsabilidade da contratada fazer a entrega dos serviços na forma prevista neste Termo de Referência.

07.04 A contratada deverá comunicar imediatamente a Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção qualquer intercorrência que configure a inexecução da entrega dos serviços no prazo estipulado.

07.05 A Contratante terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços contratados e executados em desacordo com as exigências deste Termo ou do Edital e seus

Anexos dele decorrentes, total ou parcialmente, fixando prazo a critério da contratante para a devida notificação e regularização.

07.06 A empresa contratada terá ainda como suas responsabilidades:

a) Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do contrato (material, mão de obra, máquinas, equipamentos com insumos e operadores e ferramentas necessárias), respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por seu dolo ou culpa, de seus colaboradores, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vierem direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante e a terceiros.

b) Iniciar a execução e entrega dos serviços após o recebimento da Ordem de Serviço nos prazos estabelecidos.

8) Da análise de risco e vulto da licitação

08.01 Trata-se de contratação sem risco pela sua natureza de entrega pela Contratada dos serviços previstos neste Termo de Referência que serão executados por preço unitário por metro quadrado, devendo ser pago somente quando efetivamente executados, inclusive porque em caso de eventual descumprimento estará coberto com a previsão de aplicação de penalidades a serem previstas no Edital de Licitações nos termos da Lei, dispensando-se assim a análise de risco prevista no artigo 103 da Lei Federal 14.133/21.

08.02 Apesar de o expressivo valor estimado no objeto deste Termo, o mesmo não se enquadra nos termos do inciso XXII do artigo 6º da Lei 14.133/21, dispensando-se assim qualquer providência para o caso, todavia, devendo ser adotados as exigências de condições mínimas de execução, cumprimento de prazos e observação deste Termo bem como a aplicação de penalidades a serem previstas no Edital nos termos da Lei de Licitações e no Código Civil Brasileiro.

9) Dos serviços de Recapeamento a ser executados em Ruas e Avenidas de Matão.

09.01 Os serviços de Recapeamento de Ruas e Avenidas de Matão, observarão ao disposto neste Termo de Referência, no Edital e no futuro contrato (cuja integra deste Termo dele fará parte independentemente da sua transcrição), sendo lá considerado nos exatos termos aqui disposto.

09.02 Para efeitos dos quantitativos estimados de metros quadrados a serem executados, deve ser observados as Pranchas individuais de cada locais disponibilizadas com o presente Termo de Referência.

09.03 O presente Termo de Referência indica todos os trechos que deverão ser executados o Recapeamento Asfáltico, devendo observar a aplicação de **Capa de CBUQ de 3 cm**, conforme os seguintes locais:

• Alameda da Saudade			
Da Avenida Dr. Laerte Tarallo Mendes até Av. José da Costa Filho + 162,00 m sentido centro bairro.	Largura	Extensão	M2
		432,06	5.314,34
	12,30	Área da Gola	73,31
		Total	5.387,65
• Rua Silvio Moreira Melo			
Da Rua Philomena Ciorlino até Rua Lino Trevisan-Residencial Monte Carlo.	Largura	Extensão	M2
	9,30	238,06	2.213,96
	8,50	19,14	162,69
	7,70	22,41	172,56
		(26,76 x 26,76) / 2	358,05
		Área da gola	215,45
		Total	3.122,71
• Rua Silvino Campi			
Da Rua Philomena Ciorlino até Rua Lino Trevisan-Residencial Monte Carlo.	Largura	Extensão	M2
	a 9,35	136,45	1.275,8
		Área da Gola	348,56
		Total	1.624,37
• Rua Philomena Ciorlino			
Da Rua Lino Trevisan até a Rua Silvio Moreira Melo	Largura	Extensão	M2
	9,35	235,43	2.201,27
		Área da Gola	49,62
		Total	2.250,89

09.04 O presente Termo de Referência contém as especificações básicas para execução de Serviços de **Recapeamento Asfáltico em CBUQ** c/ **espessura final de 3 cm** após compactação e liberação de tráfego devendo ser observados ao seguinte:

09.04.01 Aquisição e assentamento de placa de obra em chapa de aço galvanizado e requadro em metalon.

- Deverá ter as dimensões de 3,00 x 2,00 metros em número de uma placa que será instalada em local determinado pela fiscalização.

09.04.02 Varrição de Pavimento para recapeamento: A varrição do pavimento deverá ser feita por equipamentos, tais como Mini-carregadeira (Bobcat) ou retroescavadeira e caminhão apropriada para a perfeita execução. Os locais deverão ser lavados antes da aplicação da emulsão ligante, com a retirada do material pela contratada e depositado em local determinado pela fiscalização.



09.04.03 Execução de pintura de ligação com emulsão RR-2C: Não será permitido, a juízo da fiscalização, a aplicação do material betuminoso quando as condições do tempo não forem favoráveis e quando a camada a ser imprimada não estiver suficientemente seca.

- A extensão da aplicação da imprimadura será sempre de acordo com o volume de massa a ser aplicado com o intervalo necessário para receber a camada de massa ou determinada pela fiscalização.
- O Material Betuminoso, após distribuição e compactado, deverá permanecer em repouso o tempo suficientemente para receber o tráfego normal da via a ser recapeada.

09.04.04 Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico camada de rolamento, com espessura de cada trecho.

Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ em camada de Rolamento mínima de 3 cm compactada:

- Mistura homogênea a quente, executada em usina de agregados e material betuminoso, conforme a seção 3.19 do Manual de Normas, compreendendo materiais, mão de obra, equipamentos, carga, transporte, descarga e execução, por m2 de camada acabada, sendo que as bordas deverão ter um acabamento adequado junto as bocas de lobo, PVs e entradas e saídas de veículos,
- 2) As sobras dos materiais não poderão ser acomodadas sobre as calçadas e gramas das vias públicas, devendo ser recolhidos com equipamentos adequados e depositados em locais indicados pela Prefeitura.
- a) Deverá **ser fornecido ART e Laudo Técnico assinado pelo responsável técnico pelo controle tecnológico** e os resultados dos ensaios realizados do material utilizado, em cada etapa dos serviços conforme exigência normativa do DNIT (PARA LIBERAÇÃO DA FATURA) e a fiscalização poderá solicitar caso julgue necessário a extração de material para análise de espessura do recape (todos os laudos deverão conter o selo do INMETRO e os custos dos mesmos serão por conta da empresa contratada).

09.04.05 Execução de sinalização horizontal com resina vinílica ou acrílica.



- Deverá ser executado conforme consta nos projetos. Será pago, somente o serviço executado e levantado pela fiscalização e, deverá ser executada com o acompanhamento do Departamento de Trânsito desta municipalidade – A Contratada, deverá entrar em contato pelo telefone 3383-4045, para as devidas orientações.

09.04.05 OBSERVAÇÕES:

- A Contratada, antes de iniciar os serviços, fornecerá a esta Municipalidade o ART de execução.
- A Contratada, antes de iniciar os serviços, deverá entrar em contato com antecedência com a Secretaria de Serviços Públicos e Manutenção para que esta possa cortar os galhos das árvores existentes ao longo das Avenidas/Ruas e que atrapalhem para os serviços de recape.
- A Contratada deverá retirar todo material excedente, entregando os locais perfeitamente limpos.
- Os itens omissos serão solucionados dentro das Normas Brasileiras Vigentes junto a Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Manutenção.

10 Da dotação Orçamentária

- 10.01** Os recursos financeiros para as despesas com a execução dos serviços serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente de 2026, a ser informada no Edital, sendo que havendo necessidade para os exercícios seguintes, serão alocados os recursos necessários na respectiva lei orçamentária, observando-se na execução a vedação de reajuste ou alteração de valores, inclusive em razão de eventual prorrogação do prazo de execução, quedando-se os preços propostos como suficiente para a execução dos serviços previstos neste Termo.

GERALDO LESBÃO MEIRA
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO

ANEXO II

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

EDITAL Nº 003/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MATÃO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 101274/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO”

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, e endereço eletrônico), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao **EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	<u>EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MATÃO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 101274/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO</u>	

Anexo à presente Proposta segue a Planilha de Composição de Preços, conforme anexo I-A do Edital.

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas no edital e seus anexos, inclusive o prazo de execução de 365 dias e penalidades por descumprimento nos termos do Edital.

_____, aos ____ de _____ de 2026.

Dados da Instituição Financeira:

Nome _____,

Agência _____,

Nº Conta-Corrente _____.

Indicação do representante habilitado para assinatura do Contrato:

Nome: _____

Nacionalidade: _____

Estado civil: _____

Profissão: _____

RG.: _____

CPF.: _____

Endereço completo: _____

NOME /RG e CPF

ANEXO II-A

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

(A não apresentação desta Planilha implica na DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA)

OBJETO: RECAPEAMENTO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE MATAO -SP						
END.: ALAMEDA DA SAUDADE (ENTRE AVENIDA DR LAERTE TARALLO MENDES ATÉ AVENIDA JOSÉ DA COSTA FILHO + 162,00 m SENTIDO CENTRO BAIRRO), RUA SILVIO MOREIRA MELO ENTRE A RUA PHILOMENA CIORLINO COM A RUA LINO TREVISAN- RESIDENCIAL MONTE CARLO, RUA PHILOMENA CIORLINO ENTRE A RUA LINO TREVISAN COM A RUA SILVIO MOREIRA MELO- RESIDENCIAL MONTE CARLO E RUA SILVINO CAMPI ENTRE A RUA PHILOMENA CIORLINO COM A RUA LINO TREVISAN- RESIDENCIAL MONTE CARLO.						
Planilha Orçamentária		Com Desoneração: _____			BDI = _____	
Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. s/ BDI	Valor Unit. c/ BDI	Total c/ BDI
1.0	Serviços Preliminares					
1.1	Placa da obra em lona com impressão digital e requadro em metalon	m²	6			
1.2	Levantamento planimétrico de área pavimentada para veículo e pedestre	m²	12.385,62			
2.0	Pavimentação Asfáltica - Recapeamento Espessura final após compactação 3cm					
2.1	Varrição de pavimento para recapeamento	m²	12.385,62			
2.2	Imprimadura betuminosa ligante	m²	12.385,62			
2.3	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ)	m³	371,57			
3.0	Sinalização Horizontal					
3.1	Sinalização horizontal com resina vinílica ou acrílica	m²	296,93			
Valor total						

<u>DEMONSTRAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE</u> (inciso IV do artigo 59 da Lei 14.133/21) Preenchimento OBRIGATÓRIO (item 08.03 do Edital)	
Descrição	
Mão de Obra	
Insumos, Máquinas, Equipamentos	



Impostos da Mão de Obra	
Despesas Operacionais	
B.D.I.	
Outras despesas (Especificar quais)	

****As licitantes na composição de BDI devem**
levar em observação os limites do TCU com o Acórdão 2622/13



ANEXO III

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO – DESEMBOLSO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						
Obra: Recapeamento Asfáltico de ruas e Avenidas - Demanda 091052			Prazo proposto Início: data de assinatura do convênio Final: 720 dias a partir da data da assinatura do convênio			
Item	Serviços	Unid.	1ª Etapa (720 dias)	2ª Etapa (0 dias)	3ª Etapa (0 dias)	Total Geral
			Período: 720 dias Prazo de Liberação: Em até 30 dias após a expedição da ordem de serviço. Prazo de execução: 690 dias	Período: 0 dias Prazo de Liberação: Em até 30 dias após a expedição da ordem de serviço. Prazo de execução: 0 dias	Período: 0 dias Prazo de Liberação: Em até 30 dias após a expedição da ordem de serviço. Prazo de execução: 0 dias	
1	Serviços preliminares	m²	12.385,62	—	—	R\$ 5.731,09
		R\$	R\$ 5.731,09			
2	Pavimentação asfáltica (recapeamento – esp. final 3 cm)	m²	12.385,62	—	—	R\$ 603.647,87
		R\$	R\$ 603.647,87			
3	Sinalização horizontal	m²	296,93	—	—	R\$ 9.665,07
		R\$	R\$ 9.665,07			
Recursos Estaduais			R\$ 500.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 500.000,00
Recursos Próprios			R\$ 119.044,03			R\$ 119.044,03
Total			R\$ 619.044,03	R\$ -	R\$ -	R\$ 619.044,03

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Matão, no Estado do São Paulo, no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, na presença de duas testemunhas no final assinadas, compareceram as partes, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Matão, no Estado de São Paulo, à Rua Oreste Bozelli, n.º 1.165 – Centro, inscrita no C.N.P.J.-M.F. sob o n.º **45.270.188/0001-26**, neste ato legalmente representada pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, o **SR. APARECIDO FERRARI**, brasileiro, casado, metalúrgico aposentado, residente e domiciliado nesta cidade de Matão, a Rua Vereador José Tortorello, n.º 1782 – Park do Imperador – CEP 15.991.280, portador do R.G. n.º 9.525.173 SSP/SP e do C.P.F. n.º 019.969.658-67 daqui por diante denominada simplesmente “**CONTRATANTE**”, e, de outro lado a sociedade empresária, estabelecida na cidade de, no Estado de, a Rua/Avenida, n.º - Bairro/Jardim, CEP, inscrita no C.N.P.J.-M.F. sob o n.º e Inscrição Estadual n.º, neste ato representada pelo seu representante no final nomeado e assinado, daqui por diante denominada simplesmente “**CONTRATADA**”, em face da classificação das propostas apresentada na **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026**, de 07 de maio de 2026, levado a efeito através do **Processo Licitatório n.º 026/2026**, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, resolvem celebrar o presente instrumento, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1 Constitui objeto do presente Contrato a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MATÃO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 101274/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO**”

1.1.01 Objeto da Contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	<u>“EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MATÃO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E</u>	



	<p><u>DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 101274/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO</u></p>	
--	--	--

1.2 O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.2.01 O Termo de Referência/Projeto Básico;

1.2.02 O Edital da Licitação;

1.2.03 A Proposta do Contratado; e

1.2.04 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo poderá ser automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.3 Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.3.1.1 O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.3.1.2 O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

(art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O recapeamento será realizado nos seguintes logradouros: Alameda da Saudade Rua Silvio Moreira Melo; Rua Silvino Campi; Rua Philomena Ciorlino (conforme detalhamentos constantes dos itens 01.03 e 09.03 do Termo de Referência).

3.2 A contratada é responsável pela solidez e segurança do serviço, nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), que fixa em cinco anos o prazo para responder pela solidez e segurança do trabalho executado.

- 3.2.01 Tal responsabilidade abrange, inclusive, eventuais defeitos relacionados aos materiais utilizados e ao solo, contados a partir do recebimento definitivo da obra pela Administração.
- 3.3 Modelo de gestão contratual: A fiscalização e gestão contratual ficarão à cargo do Secretário de Serviços Públicos e Manutenção, que acompanhará todas as etapas da reforma e, será responsável pelo acompanhamento e anotações que se fizerem necessárias, incluindo a notificação e advertência no caso da contratada descumprir o previsto neste Termo, no Edital e no contrato.
- 3.4 Recebimento do objeto:
- 3.4.01 **Recebimento Provisório:**
- 3.4.01.1 O recebimento provisório da obra será formalizado mediante termo circunstanciado, lavrado por servidor ou comissão designada pelo Secretário Municipal de Serviços Públicos e Manutenção, com apoio técnico de profissionais da área de engenharia integrantes da estrutura da Prefeitura, após a comunicação formal da CONTRATADA acerca da conclusão dos serviços.
- 3.4.01.2 Nesta etapa, será verificada a conformidade da obra, especialmente quanto aos seguintes aspectos:
- I – conformidade dos serviços com os projetos arquitetônico, estrutural e complementares;
 - II – atendimento às especificações constantes no memorial descritivo e demais documentos técnicos;
 - III – regular execução das etapas de infraestrutura e superestrutura;
 - IV – execução adequada da cobertura, esquadrias, revestimentos, pavimentação e pintura;
 - V – verificação das instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, inclusive com a realização de testes de funcionamento;
 - VI – conferência das quantidades executadas, conforme medições realizadas;
 - VII – verificação das condições de segurança da edificação;
 - VIII – limpeza da obra e adequada destinação de resíduos;
 - IX – entrega de ARTs, laudos técnicos, manuais, garantias e demais documentos exigidos contratualmente.
- 3.4.01.3 Eventuais pendências, inconformidades ou defeitos constatados serão registrados no termo de recebimento provisório, devendo a CONTRATADA promover as devidas correções no prazo fixado pela fiscalização.
- 3.4.02 **Recebimento Definitivo**
- 3.4.02.1 O recebimento definitivo será realizado mediante termo circunstanciado, após a realização de vistoria final por servidor ou comissão formalmente designada pelo Secretário Municipal de Serviços Públicos e Manutenção, com apoio técnico da equipe responsável pela fiscalização da obra.
- 3.4.02.2 O recebimento definitivo somente será efetuado após:
- I – a correção integral das pendências apontadas no recebimento provisório;
 - II – a verificação da conformidade integral da obra com os projetos, especificações técnicas e condições contratuais;
 - III – a comprovação do pleno funcionamento das instalações;
 - IV – a confirmação de que a edificação se encontra em condições adequadas de segurança, uso e operação.
- 3.4.02.3 Caso sejam constatadas irregularidades, a Administração poderá recusar, no todo ou em parte, o recebimento definitivo, fixando prazo para regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 3.4.02.4 Somente após a emissão do termo de recebimento definitivo os serviços serão considerados integralmente aceitos pela Administração, podendo esta:
- I – promover a liberação de eventual garantia contratual, nos termos pactuados;

II – proceder à consolidação final das medições;

III – iniciar a contagem do prazo de garantia da obra, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

3.4.02.5 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez e segurança da obra, nem por vícios ocultos, permanecendo íntegras as responsabilidades legais e contratuais aplicáveis.

3.5 Critérios de Medição:

3.5.01 A execução dos serviços será avaliada conforme o **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**, com base **nos relatórios de medição apresentados pelo contratado e conferidos pela Administração** a fim de comprovar a conformidade com as condições pactuadas.

3.5.01.1 O **Secretário Municipal da Secretaria Requisitante** designado como **Gestor e Fiscal do Contrato** será responsável pela análise das medições, verificação da qualidade dos serviços prestados.

3.5.02 As medições ocorrerão mensalmente (sempre no primeiro dia útil de cada mês. As medições serão conferidas em até 5 [cinco] dias) devendo o contratado apresentar a documentação comprobatória da execução.

3.5.03 Verificada qualquer irregularidade, falha ou execução em desconformidade, poderá ser aplicada **retenção ou glosa proporcional** no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.5.04 A aferição da execução contratual observará, entre outros, os seguintes critérios:

3.5.04.1 cumprimento dos prazos de execução;

3.5.04.2 qualidade técnica dos serviços prestados;

3.5.04.3 adequação dos recursos utilizados; e

3.5.04.4 regularidade da documentação apresentada.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, **admite-se a subcontratação parcial do objeto**, desde que limitada a parcelas **acessórias ou especializadas da obra**, que não comprometam a unidade técnica, a responsabilidade global da contratada e o controle da execução.

4.1.01 A **subcontratação depende de justificativa e anuência da administração. Quando não autorizada**, ou realizada em desacordo com as condições estabelecidas, poderá ensejar a aplicação de penalidades e, se for o caso, a **extinção do contrato**, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Para fins de pagamento, as medições devem ser protocoladas na Prefeitura **sempre no primeiro dia útil de cada mês**.

6.2. As medições serão conferidas em até 5 (cinco) dias pelo Secretário de Serviços Públicos e Manutenção que será o responsável pelo seu cotejamento entre a medição apresentada e os serviços efetivamente executados, com apoio do setor de engenharia da Prefeitura ou quem for designado, observado os artigos 7º e 107 da Lei 14.133/21, além das especificações do item 8 do Anexo I – Termo de Referência e, após a conferência serão encaminhadas para pagamento na Secretaria de

Administração e Finanças, a quem competirá executar possível retenção dos encargos devidos nos termos da lei.

- 6.3. O pagamento será realizado **sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, sempre após o ateste da medição** a ser apresentada e conferida nos termos dos itens 06.01 e 06.02 deste Termo de Referência, ou no primeiro dia útil subsequente a este, em caso de recair em Sábado, Domingo ou Feriado.
- 6.3.1. **Não haverá** a alteração de valores do metro quadrado proposto (**vedação de reajuste**) na forma e condições dispostas no item **01.03.03** deste Termo.
- 6.4. O valor do contrato poderá ser alterado, mediante termo aditivo, para contemplar a inclusão de serviços não previstos inicialmente, desde que devidamente justificados em processo administrativo próprio, com fundamentação técnica e observância dos limites legais, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.5. Solicitação de eventual reequilíbrio deverá ser observado do disposto no item **01.03.04** deste Termo.
- 6.6. Havendo atraso no pagamento, a Contratante estará sujeita a multa no valor de 0,033% por dia de atraso sob o valor da medição em atraso, desde a data da exigibilidade até o seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 7.1. São obrigações do Contratante:
- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra.
- 7.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, após avaliação técnica da qualidade dos serviços e conferência da documentação mínima exigida, quando for o caso;
- 7.1.3. Notificar o Contratado por escrito sobre falhas, vícios, defeitos, incorreções ou imperfeições constatadas no objeto ou na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, substituição ou adequação, certificando-se de que as soluções propostas sejam as mais adequadas.
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, incluindo avaliações periódicas da qualidade dos serviços, em articulação com o Departamento de Trânsito para sinalização e segurança viária.
- 7.1.5. Emitir decisões sobre todas as solicitações, reclamações ou pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pelo Contratado, observando os prazos legais e admitindo prorrogação justificada.
- 7.1.6. Comunicar ao Contratado sobre a emissão de Nota Fiscal referente a parcelas incontroversas, para efeito de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.8.1.7. Garantir que o ambiente de trabalho e as áreas designadas pelo Contratante apresentem condições adequadas de segurança, saúde e regularidade para a execução do objeto, providenciando, quando necessário, corte prévio de árvores que interfiram nos serviços.
- 7.1.7. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a legislação aplicável sobre proteção de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 e suas alterações subsequentes.
- 7.1.8. Adotar as medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual, incluindo aplicação de sanções, comunicação às instâncias competentes e verificação de regularidade do início ou continuidade da execução, conforme previsto em lei e no contrato.
- 7.2. O prazo para resposta a pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada para adequada instrução do requerimento.

- 7.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante, podendo haver substituição mediante recusa justificada; prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo fiscal do contrato ou pelo Contratante, garantindo-lhes acesso a documentos e locais de execução.
- 8.1.2. Alocar profissionais devidamente habilitados, identificados e instruídos quanto às atividades a serem desempenhadas, normas internas do Contratante, jornada de trabalho, segurança e legislação aplicável, garantindo substituição quando necessário.
- 8.1.3. Executar o objeto com materiais, equipamentos, ferramentas e métodos compatíveis com as recomendações de boa técnica, especificações do Termo de Referência/Projeto Básico e legislação aplicável (DNIT/ABNT/CONTRAN); corrigir ou refazer serviços com vícios, defeitos ou não conformidades, às suas expensas, inclusive pelo prazo de garantia previsto; fornecer ART de execução.
- 8.1.4. Responsabilizar-se por todos os danos, custos e ônus decorrentes da execução do contrato, inclusive danos a terceiros, custos decorrentes de falhas previsíveis no ramo de atividade, acidentes de trabalho e uso indevido de propriedade intelectual.
- 8.1.5. Observar normas legais e regulamentares, licenças, segurança, higiene, preservação de redes e materiais proibidos, bem como adotar medidas preventivas contra incêndios e danos a bens ou pessoas; implantar e manter sinalização temporária de obra conforme Manual DNIT e Resolução CONTRAN 973/2022, em articulação com Departamento de Trânsito Municipal
- 8.1.6. Gerir resíduos e impactos ambientais decorrentes da execução do contrato (incluindo remoção de sobras e limpeza final dos locais), observando legislação federal, estadual e municipal, Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil e Resoluções CONAMA aplicáveis.
- 8.1.7. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e de inclusão social, incluindo reserva de cargos para pessoas com deficiência, aprendizes e reabilitados, bem como a proibição do trabalho infantil e em condições irregulares, e obrigações previstas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos.
- 8.1.8. Observar as vedações relativas a agentes públicos e compliance anticorrupção, nos termos das Leis nº 14.133/2021 e 12.846/2013, bem como dos decretos municipais aplicáveis, comprometendo-se a não oferecer, aceitar ou se beneficiar de qualquer vantagem indevida, pessoal ou por intermédio de terceiros.
- 8.2. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeita o Contratado às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, bem como à extinção unilateral do contrato, conforme previsto em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 9.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$_____, correspondente a 5%

(cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 10.1 Comete As penalidades a serem aplicadas são aquelas previstas no item 23 e subitens do Edital de licitação que deu origem a este Contrato, observado sempre a ampla defesa e o contraditório.
- 10.2 O atraso na entrega da obra sujeita a contratada a multa de 10% do valor global, independente de notificação extra ou judicial ou administrativa e, aplicado em dobro em atraso reincidente. A aplicação de multa em dobro não trará prejuízo ainda da aplicação de outras penalidades, inclusive a rescisão contratual e declaração de inidoneidade e de proibição de contratar com o Poder Público, observado a ampla defesa e o contraditório, em especial o quanto previsto nos artigos 155 a 160 da Lei Federal 14.133/21
- 10.3 O atraso na entrega da obra sujeita a contratada a multa de 10% do valor global, independente de notificação extra ou judicial ou administrativa e, aplicado em dobro em atraso reincidente. A aplicação de multa em dobro não trará prejuízo ainda da aplicação de outras penalidades, inclusive a rescisão contratual e declaração de inidoneidade e de proibição de contratar com o Poder Público, observado a ampla defesa e o contraditório, em especial o quanto previsto nos artigos 155 a 160 da Lei Federal 14.133/21.
- 10.3.1 As multas poderão ser descontadas da NF.
- 10.3.2 A multa aqui disposta só não será cobrada em caso de absoluto caso fortuito, a ser comprovado pela contratada, sendo os prazos de entregas conhecidos no presente Edital, não se admitindo o seu descumprimento em hipótese alguma, salvo nas condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 11.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.
- 11.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:
- 11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.2.3. Indenizações e multas.
- 11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

- 11.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 12.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:
- 12.2. Os recursos financeiros para as despesas com a execução dos serviços serão atendidos pela dotação própria do orçamento vigente classificada e codificada sob a funcional programática funcional programática n.º **15.451.2801.1.002**, categoria econômica n.º **4.4.90.51.00**, ficha n.º **642**, sub elemento da despesa n.º **91**, vínculos n.º **01.110.0000 e 02.100.0227**, Processo Eletrônico n.º **1128/2026**, requisição de serviços n.º **301/2026** e nota de reserva n.º **5460 e 5461**, de 06/04/2026, da Secretária Serviços Públicos e Manutenção.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 13.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.
- 14.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio

oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

- 16.1. Fica eleito o Foro da Comarca Matão para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, na presença de duas testemunhas adiante assinadas.

Matão, de de 2026.

P/ PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO
“CONTRATANTE”
SR. APARECIDO FERRARI
PREFEITO DE MATÃO

P/ _____
“CONTRATADA”
SR.: _____
RG.: _____
CPF.: _____

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



ANEXO V **TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 003/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 026/2026

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MATÃO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 101274/2025, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO”

RAZÃO SOCIAL: _____

C.N.P.J. N.º _____

I.E. _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

TELEFONE: _____ CONTATO: _____

EMAIL: _____

Recebi da Prefeitura Municipal de Matão a cópia do EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 003/2026 e seus Anexos, cuja a abertura será realizada dia 26/05/2026 às 09h00min.

Matão, _____ de _____ de 2026.

Nome do responsável da Empresa

*A falta do preenchimento e remessa do recibo do Edital ao Departamento de Compras e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Matão/SP, exime a Administração da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório e de quaisquer informações adicionais